ATA DA XVª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU – CBHP

Aos dez dias de março de 2016, as 09h30min, iniciou-se a XVª Reunião Plenária Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, no Auditório da Câmara de Vereadores no município de Morro do Chapéu-BA. O Secretário do CBHP, Sr. Marcos Antonio da Silva principiou a Reunião, informando que a Presidente do CBHP Sra. Sandra Medeiros Santo, devido a problemas de saúde, pediu afastamento como membro e Presidente do CBHP. Através do Ofício nº 234/2016, a UEFS indicou a Prof.ª Nacelice Barbosa Freitas para substituir a Prof.ª Sandra Medeiros Santo. Aproveitamos para desejar uma rápida recuperação plena da sua saúde e agradecer todo trabalho, executado de forma brilhante, na função de Presidente do CBHP. Informou ainda, que o Vice-Presidente do CBHP, Sr. Evilásio Fraga, não pôde comparecer a Reunião devido à problemas de saúde de seu filho que encontra-se internado em hospital na cidade de Salvador. Convidou para compor a mesa, o Sr. Ademar Ferreira de Andrade, vereador da cidade de Morro do Chapéu. O Sr. Ademar Ferreira de Andrade lamentou a ausência de representantes da Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu; citou a importância da reunião do CBHP acontecer na cidade de Morro do Chapéu com o objetivo de discutir temas de interesse do Rio Paraguaçu e desejou uma boa reunião para todos. Em seguida, o Secretario do CBHP, convidou o Sr. Rogério Mucugê para fazer a Apresentação de estudos finalizados do Projeto Semeando Águas no Paraguaçu: Mapeamento da Cobertura e Uso do Solo; Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental e Análise de Tendências de Desenvolvimento e de Pressão Antrópica no Alto Paraguaçu. O Sr. Rogerio Mucugê sobre o mapeamento do uso do solo, abrangendo 26 municípios (16 municípios do Alto Paraguaçu e 10 municípios a jusante) e 2 km da margem dos rios da bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu; o estudo foi apresentado na escala 1:25.000 e identificou nos municípios envolvidos cerca de 39% de área vegetal suprimida. Será negociado com o INEMA para que o Projeto seja disponibilizado no Geobahia. Os estudos em PDF serão disponibilizados no site semeandoaguas.org. Foi finalizado o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Alto Paraguaçu. Apenas 13% dos municípios do Alto Paraguaçu têm rede municipal de esgotamento sanitário, ou seja, perto das nascentes os esgotos sanitários estão sendo lançados nos rios. A vereadora Sheila Cristina perguntou qual o percentual do município de Morro do Chapéu? Sr. Rogério Mucugê informou que a base de dados utilizados é o IBGE com dados do ano de 2010 e que nesta data o município de Morro do Chapéu possuía 12,1% de rede de esgoto. A Sra. Sheila Cristina informou que a rede pluvial da sede do município também é utilizada como rede de esgoto. O Sr. Rogério Mucugê informou que os dados são para o município todo e não apenas a sede do município. O Sr. Valter Amorim Muniz questionou que os dados apresentados

são de 2010 e se haveria uma atualização/reformulação para 2016? O Sr. Rogério Mucugê reafirmou que os dados são de 2010 e que precisa ser considerado. O Sr. Valter Amorim Muniz sugeriu que os municípios solicitassem do IBGE esta atualização. A vereadora Sheila Cristina perguntou se além do IBGE, se poderia solicitar a atualização junto a EMBASA. O Sr. Rogerio Mucugê informou que poderia solicitar junto a SEPLAN/SEI. O Sr. Valter Amorim Muniz reforçou que a EMBASA poderá dá informações sobre o esgotamento sanitário e redes pluviais, pois detém informações sobre os projetos em andamento nos municípios. Disse ainda que o esgotamento sanitário é com a EMBASA e a rede pluvial é com as Prefeituras. A Sra. Sheila Cristina reforçou a necessidade de mostrar dados separados de esgotamento sanitário e redes pluviais. Sobre a Análise de Tendências de Desenvolvimento e de Pressão Antrópica, o Sr. Rogerio Mucugê, informou que foram feitas pesquisas de campo com atores envolvidos nos municípios em questão; a projeção, o cenário de desenvolvimento foi realizado para o ano de 2030, para os diversos territórios dentro dos municípios envolvidos. Ficou evidente a construção de novos barramentos, na região norte, para consolidar o polo agrícola irrigado, o desenvolvimento do turismo, com crescimento de 2 a 3% ao ano, especialmente na área do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Igatu, Lençóes e no distrito do Vale do Capão. Com relação ao território da agricultura familiar produtiva, há uma tendência de crescimento moderado. O Sr. Teodomiro Paulo Queiroz relatou que os Comitês de bacias não dialogam com os territórios. As ações do território não contemplam a questão das águas. Informou que a grande inundação causada no riacho Boqueirão, em Riachão do Jacuípe, fato noticiado nacionalmente, foi devido a obstrução (diminuição) de passagem de água na rodovia, realizada por um posto de combustível, autorizada pelo DNIT. Este fato reforça a ideia de que as ações dos territórios não contemplam a questão das águas. A questão água só é debatida quando se tem escassez ou excesso (inundações). Sugeriu que para a próxima reunião os membros dos territórios da bacia do Rio Paraguaçu sejam convidados para discutir a questão/gestão das águas. A Sra. Iara Morena reforçou a ideia de convidar os representantes dos territórios para fazer esta articulação. O Sr. Valter Amorim Muniz chamou atenção para a eleição para renovação dos membros dos Comitês e sugeriu que o Edital para eleição assegure que membros dos territórios da bacia sejam membros do Comitê, para garantir este diálogo. O Sr. Rogério Mucugê falou sobre o quarto objetivo específico do plano estratégico do estudo, que é a definição de projetos estruturantes para a revitalização de áreas da bacia. Definição de ações prioritárias. Está falando de um plano para ser consultado e executado e não para ser guardado na gaveta. A ideia, após realizar algumas oficinas, inclusive hoje à tarde neste auditório junto com o CBHP, é concluir o trabalho no final de abril/2016. Para o dia 11/05/2016 está marcado um evento na cidade de Lençóis para realização do evento "Segundo Diálogo das Águas" onde serão apresentados os resultados do projeto "Semeando Águas no Paraguaçu". Aproveitou para convidar todos para participar do referido evento. O Sr. Marcos Antonio agradeceu ao Sr.

Rogério Mucugê pela ótima apresentação e abriu o debate para os presentes. A Sra. Sheila Cristina chamou a atenção para o crescimento e desenvolvimento rápido do município de Morro do Chapéu, com projetos de irrigação, geração de energia eólica e que os impactos ambientais decorrentes destas atividades deverão ser identificados e controlados. Chamou a atenção para a falta de gestão dos resíduos sólidos do município. Mostrou-se preocupada com a questão da prorrogação do prazo para que os municípios resolvessem o problema dos "lixões". Disse está preocupada, pois parece que há mais pessoas dispostas a dificultar que resolver as questões ambientais. Reclama-se que a população joga lixo na rua nos dias errados, mas não há estrutura disponível e muito menos uma conscientização da população para o descarte adequado do lixo. Perguntou como fica a questão do "lixão" da cidade de Mucugê depois do prazo prorrogado? Perguntou ainda como estão as atividades educativas por parte do Comitê, pois a mesma acredita na educação como mola propulsora. O Sr. Rogerio Mucugê informou que o problema do lixo é comum em todas as cidades envolvidas. Chamou a atenção para o "lixão" da cidade de Lençóis, cidade que recebe muitos turistas, que se localiza na entrada da cidade. Lembrou que a Chapada Diamantina é a caixa d´água da Bahia e merece uma maior atenção. A Sra. Sheila Cristina perguntou sobre a importância do CEFIR para a definição do percentual de áreas para a recuperação? Informou que os pequenos produtores têm dificuldades de obter informações e não têm condições de arcar com os custos do CEFIR. Sugeriu uma reunião no município de Morro do Chapéu para que o órgão responsável pela implementação do CEFIR explicasse o processo junto aos pequenos produtores do município. A Sra. Iara Morena, SEMA concorda que foi um erro político aceitar a prorrogação do prazo para resolver os problemas do "lixões"; acredita que faltou mobilização dos Municípios e Estados para assegurar a implantação de aterros dentro do prazo estabelecido e criar condições mínimas organizacionais e de trabalho para os catadores de material do "lixão" sobreviverem quando estes deixarem de existir. É uma questão social, ambiental, econômica, ampla e complexa. Quem trabalha com a implementação de políticas de resíduos sólidos é a SEDUR/CONDER. Com o novo prazo e com a crise financeira atual, não se sabe se houve corte de investimentos para apoio aos municípios nessa área. Tem que haver cobrança dos gestores. Com relação a atividades educativas, a Sra. Iara informou que solicitou ao CBHP, a realização de uma Oficina para fazer uma abordagem de educação ambiental com foco nos recursos hídricos e se colocou a disposição para fazer Oficinas nas Escolas com o tema, dentro de um Programa de Educação Ambiental, da SEMA. O Sr. Valter Amorim Muniz informou que a comunidade tem que está inserida nesse processo. O gestor municipal não tem vontade política para resolver a questão dos "lixões", mas a situação não pode ficar como estar, contaminando os cursos d'água e o lençol freático. Se a questão não for resolvida, deve-se discuti-la no âmbito do Comitê, registrar em ATA, fazer o movimento na sociedade e fazer chegar até o Ministério Público. A Sra. Sheila Cristina informou que a população da cidade de Morro do Chapéu

se mobilizou, realizou uma Audiência Pública na câmara de Vereadores de Morro do Chapéu, mas todas as providências que deveriam ser tomadas pela Prefeitura e empresa responsável pela coleta de lixo, não foram cumpridas. As pessoas que reclamaram sofreram perseguições políticas. A Sra. Sheila Cristina pediu ao CBHP uma ação mais efetiva junto aos gestores estaduais e municipais para a questão dos resíduos sólidos. Para que haja algum tipo de pressão. Informou que houve uma reunião de representantes da Prefeitura de Morro do Chapéu com técnicos do INEMA, mas que os vereadores não participaram e não tiveram acesso ao relatório decorrente da reunião. Informou que o papel dos vereadores é fiscalizar, cobrar do gestor municipal e que o INEMA tem que passar o relatório para a Câmara de Vereadores de Morro do Chapéu. A Sra. Iara informou que o relatório é de interesse público e que a Câmara deverá solicitar oficialmente o relatório. O Sr. Alexandre, da Diretoria de Políticas de Biodiversidade e Floresta, da SEMA, informou que existem programas na Diretoria para cadastrar produtores de até 4 módulos rurais; que foram contratadas Empresas para realização desse cadastro que é prioridade da SEMA. Informou que a meta é atingir todos os municípios da Bahia e que mais de 200 municípios já foram contemplados. Com relação a comunicação e informações sobre o CEFIR, o Sr. Alexandre informou que está acompanhando o projeto "Semeando Água no Paraguaçu" que prevê a realização de cadastro e também a restauração de algumas áreas. Para chegar aos municípios há uma ação conjunta com o INEMA, que domina a ferramenta do sistema, para fazer a divulgação. Informou ainda que sua Diretoria realiza cursos de capacitação no Estado inteiro. Para realização do curso no município de Morro de Chapéu é necessário solicitar a Diretoria de Políticas de Biodiversidade e Floresta. Informou que os cursos são realizados geralmente nas cidades que possuem escritório do INEMA. Informou ainda que pode verificar se o curso já ocorreu para técnicos do município de Morro do Chapéu. Os custos do CEFIR ficam por conta do Poder Público para proprietários com até 4 módulos rurais. Em seguida, o Sr. Antonio Queiroz Couto, do INEMA, perguntou se o projeto "Semeando Águas no Paraguaçu" poderá ser expandido até o Médio e Baixo Paraguaçu, pois existem grandes usuários de água nestes trechos (regiões metropolitanas de Feira de Santana e de Salvador). O Sr. Rogerio Mucugê informou que o projeto em andamento termina em junho e que o mesmo definirá prioridades, metas a serem desenvolvidas pelos diversos organismos atuantes nos municípios da bacia. Certamente deverão ser buscados recursos para implantar o projeto no Médio e Baixo Paraguaçu, indicados no Plano Estratégico. O projeto está implantando unidades demonstrativas de restauração ecológica e sistemas agroflorestais no Alto Paraguaçu. O projeto não implanta viveiros de muda e sim visa fortalecer e aproveitar os viveiros já existentes. No caso de Utinga, o projeto fez uma parceria com a Prefeitura e os índios Payayá, este possuindo um viveiro com capacidade de produção de mais de 70.000 mudas. O Sr. Teodomiro Paulo Queiroz informou sobre as dificuldades de se fazer o CEFIR implantado pela SEMA. O CEFIR é mais completo, mas é muito complicado sua execução. Que o CEFIR foi criado para

que as empresas façam e não para os proprietários. Acredita que o CEFIR não será implantado em todo Estado, que o prazo já foi prorrogado mais de uma vez, e que o objetivo não será alcançado. É necessário que a CDA titule a terra dos proprietários. Os grandes e médios produtores de Riachão do Jacuípe já fizeram o CEFIR, e estão aptos para captar recursos dos órgãos financiadores, enquanto os pequenos, agricultores familiares, não realizaram o CEFIR e não têm acesso ao crédito. O Sr. Teodomiro Paulo Queiroz sugeriu convidar o Secretário de Meio Ambiente, Sr. Eugenio Splengler, para uma reunião do CBHP, para tratar do assunto CEFIR. O Sr. Marcos Antonio encerrou a reunião as 12h35min e convidou a todos para participarem da "Oficina de diagnóstico da Bacia do Paraguaçu para incorporação ao Plano Estratégico de Recuperação Hídrica da Bacia, com análises de forças, fraquezas, ameaças e oportunidades", a partir das 14:00h. As 14h20min foi reiniciada a Reunião com a orientação do Sr. Rogerio Mucugê, com participação dos membros do CBHP, do Diretor de Águas do INEMA, Sr. Bruno Jardim e de pessoas interessadas. O objetivo da Reunião é a apresentação dos estudos ao CBHP e posteriormente a outros colegiados da bacia, com o objetivo de obter informações a serem incorporados ao Plano Estratégico. Foram discutidas atividades/ações que no entendimento do grupo, constituem forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. Na Oficina foram feitas as seguintes recomendações: 1. Preservação e/ou manejos adequados de solo nas nascentes, e áreas estratégicas de recarga, além das áreas irrigadas; 2. Aperfeiçoamento do sistema de gestão, a exemplo do monitoramento; 3. Construção de novos barramentos em locais adequados para aumentar a oferta de água, analisado o sistema hídrico; 4. Incentivo à pesquisa relacionada a problemas específicos na bacia, 5. Controle adequado dos resíduos provenientes de insumos utilizados na cultura irrigada; 6. Possibilidade de aplicação de recursos da cobrança do uso da água em agricultura irrigada em sistemas de esgotamento sanitário; 7. Fiscalização, pelo INEMA, municípios e sociedade, para as captações irregulares de água, irrigação sem controle, desmatamento de APPs; 8. Sensibilização dos irrigantes para utilização de técnicas em sistemas de irrigação mais eficientes no uso da água; 9. Incentivos para a aquisição de equipamentos modernos visando às técnicas de irrigação mais eficientes; 10. Capacitação dos irrigantes para sistemas mais adequados; 11. Conscientização junto às empresas de poços tubulares; 12. Descredenciamento e multas para empresas que perfuram poços sem autorização; 13. Identificar e propor áreas estratégicas para o programa de PSA; 14. Diálogo do Comitê da Bacia com os Planos Municipais de Saneamento Básico; 15. Intensificar, no Comitê da Bacia, as discussões de mitigação de conflitos pelo uso da água; 16. Identificar oportunidades para minimizar a fragmentação, visando aumentar a oferta da quantidade e qualidade da água, articulando parcerias para a preservação e execução da recuperação; 17. Sugerir, para a UFRB e demais centros acadêmicos existentes na bacia, criação de linhas de pesquisa que sejam de interesse do Comitê de Bacia; 18. Colegiados podem atuar como catalisadores de ações

empresariais para potencializar interações positivas na bacia; 19. Transposição das águas do Paraguaçu no baixo como potencial de arrecadação de recursos para melhoria da gestão da água na bacia; 20. Executar um planejamento de minimização dos efeitos da seca; 21. Incorporar, nos planejamentos relacionados à bacia, os efeitos das mudanças climáticas e 22. Outorgas devem ser ajustáveis, considerando os efeitos da seca. Ao final, Ao final, Rogério Mucugê solicitou que o Comitê escolhesse, em sua reunião ordinária do dia seguinte, um representante para compor a comissão de construção do Plano Estratégico, juntamente com a CI, SEMA, INEMA e Colegiados Territoriais. As 17h30min, o Sr. Marcos Antonio da Silva agradeceu a todos pela participação, a Câmara de Vereadores de Morro do Chapéu pelo espaço e pelo apoio e pediu lavrou a presente ATA que, após lida será submetida à Plenária da próxima Reunião para aprovação. Morro do Chapéu-BA, 10 de março de 2016///.